

REVOGADO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1107 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 07 de Agosto de 2012 Publicação: Quarta-feira, 08 de Agosto de 2012

PORTARIA N. 402 DE 7 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre a participação de servidores do Superior Tribunal de Justiça em ações de educação corporativa e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 94, IX, *b*, do Regulamento da Secretaria do Tribunal e considerando o disposto na Portaria n. 504 de 17 de novembro de 2008, bem como o que consta do Processo STJ n. 959/2010,

RESOLVE:

Seção I
Das Disposições Gerais

Art.1º A participação dos servidores do Tribunal em ações de educação corporativa observará o disposto nesta portaria.

Art. 2º São consideradas ações de educação corporativa aquelas que contribuam para o desenvolvimento do servidor e estejam alinhadas às estratégias institucionais.

Art. 3º As ações de educação corporativa serão realizadas sob a forma de eventos destinados à aquisição, atualização e aperfeiçoamento de um conjunto de competências necessárias ao servidor no desempenho de suas atividades.

Art. 4º Os eventos de educação corporativa constarão dos planos anuais de capacitação e desenvolvimento de cada exercício e podem ser conduzidos sob a metodologia presencial, a distância ou ambas.

Art. 5º Os eventos de educação corporativa estão divididos, segundo sua natureza, em:

I – eventos internos, quando custeados pelo Tribunal para turmas fechadas, realizados ou não em suas dependências, facultando-se a contratação de serviços prestados por terceira pessoa, física ou jurídica, pública ou privada;

II – eventos externos, custeados ou não pelo Tribunal e promovidos por instituição de caráter público ou privado.

Art. 6º Dos eventos de educação corporativa poderão participar servidores do quadro efetivo do Tribunal e servidores cedidos ao Tribunal para ocupação de cargos em comissão ou funções comissionadas.

§ 1º Não será permitida a participação do servidor que estiver ausente, licenciado ou afastado pelos motivos relacionados no art. 20 desta portaria, bem assim do que estiver em gozo de férias, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 2º Ao servidor afastado por motivo de férias é facultada sua participação em eventos de educação corporativa na modalidade a distância (Educação a Distância – EAD).

§ 3º Será permitida a conclusão do evento de educação corporativa na

Art. 7º Não será computada como hora trabalhada a frequência em eventos de capacitação oferecidos pelo Tribunal fora da jornada ordinária de trabalho do servidor.

Seção II
Dos Eventos Externos

Art. 8º A participação de servidor em evento externo de educação corporativa deverá ser proposta pelo titular da unidade em que estiver lotado mediante solicitação fundamentada da chefia imediata.

§ 1º A proposta deverá ser encaminhada à unidade de Gestão de Pessoas até doze dias antes do início do evento, para instrução.

§ 2º Para os efeitos desta portaria, são considerados unidades os seguintes gabinetes: da Presidência, da Vice-Presidência, dos Ministros, do Ministro Diretor da Revista e do Diretor-Geral, bem como as assessorias e as secretarias do Tribunal.

§ 3º Salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo titular da unidade e aceitas pela autoridade competente, poderá ser autorizada a participação de mais do que dois servidores de uma mesma unidade em um mesmo evento externo.

Art. 9º A participação de servidor em evento externo de educação corporativa poderá ser autorizada pela administração do Tribunal se atendidos os seguintes requisitos:

I – disponibilidade orçamentária;

II – parecer favorável da unidade de Gestão de Pessoas quanto às justificativas apresentadas pela unidade interessada, à vinculação do conteúdo do evento com as atividades desenvolvidas pelo servidor ou com os serviços prestados pela unidade requerente;

III – atendimento pelo servidor dos requisitos definidos pela instituição promotora do evento.

§ 1º É vedada a autorização quando se tratar de servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo com a Administração Pública.

Art. 10. Em caso de evento realizado fora do Distrito Federal, poderá ser autorizada a participação de, no máximo, dois servidores por unidade.

Parágrafo único: A participação de um número maior de servidores poderá ser autorizada pela Administração do Tribunal excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada do titular da unidade solicitante.

Art. 11. O participante de evento externo de educação corporativa deve:

I – encaminhar à unidade de Gestão de Pessoas, até o quinto dia útil após o encerramento do evento, cópia do certificado ou outro documento que comprove a sua participação;

II – repassar aos demais servidores de sua unidade de lotação, sempre que

III – cumprir a frequência mínima obrigatória exigida pela entidade promotora do evento para certificação.

Art. 12. O servidor ressarcirá ao erário as despesas custeadas pelo Tribunal com sua participação no evento externo quando deixar de apresentar a documentação especificada no inciso I do artigo anterior.

Art. 13. Não haverá reembolso de despesa decorrente da participação de servidor em evento externo se não houver prévia autorização da Administração do Tribunal.

Seção III Dos Eventos Internos

Art. 14. A solicitação para realizar evento interno de educação corporativa não constante do plano anual de capacitação e desenvolvimento para o exercício deverá ser encaminhada à unidade de Gestão de Pessoas com, no mínimo, trinta dias antes da data estimada para início do evento.

Art. 15. Cabe à unidade de Gestão de Pessoas analisar as justificativas da unidade requerente para a realização do evento interno de educação corporativa e emitir parecer sobre a solicitação.

Art. 16. À unidade de Gestão de Pessoas compete o gerenciamento das vagas disponíveis nos eventos internos de educação corporativa, considerando o público-alvo da ação.

Parágrafo único: A participação de servidor em evento interno de educação corporativa está condicionada à autorização da chefia imediata e observará o que dispõem os incisos II e III do artigo 9º desta portaria.

Art. 17. Compete à unidade de Gestão de Pessoas a seleção do profissional que conduzirá o evento interno de educação corporativa, considerados os seguintes fatores:

- I – domínio do conteúdo a ser ministrado;
- II – experiência profissional na condução de eventos de mesmo objeto;
- III – indicação da unidade requerente acompanhada de currículo do profissional;
- IV – compatibilidade entre o preço proposto e o preço pago no mercado para objeto semelhante;
- V – ausência de instrutor interno habilitado para a condução do evento considerado.

Art. 18. Será exigida do servidor frequência mínima obrigatória de 80% da carga horária total dos eventos internos de educação corporativa.

§ 1º No cálculo da frequência mínima, quando ocorrer resultado fracionário, o valor será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior.

§ 2º Nas ações com carga horária a ser executada em um só dia, de forma ininterrupta, tais como palestras, seminários, conferências, simpósios, fóruns e

§ 3º O servidor que descumprir o que estabelece o *caput* deste artigo e o § 2º não fará jus ao certificado de participação e não terá computado, em seus assentamentos funcionais, o registro da capacitação para a concessão de quaisquer benefícios ou vantagens.

Seção IV Da Desistência e do Ressarcimento

Art. 19. A desistência de participação em evento de educação corporativa deverá ser comunicada por escrito pelo servidor, antes do início do evento, à unidade de Gestão de Pessoas e à sua chefia imediata.

§ 1º Se a desistência ocorrer após o início do evento, o servidor ressarcirá ao erário, na forma da legislação, as despesas custeadas pelo Tribunal.

§ 2º O servidor poderá ser dispensado do ressarcimento desde que a justificativa apresentada seja considerada pertinente pelo titular da unidade de Gestão de Pessoas.

§ 3º O valor a ser ressarcido pelo servidor corresponderá ao custo *per capita* do evento, calculado pelo rateio do custo de contratação do evento pelo número de vagas previstas.

Art. 20. Não será proposto o ressarcimento quando a desistência for motivada por:

I – licenças, ausências e afastamentos previstos nos arts. 81, I a III, 95, 97, 102, VI, VIII, a, b, d, IX, e 147 da Lei n. 8.112, de 1990;

II – realização de trabalho, serviço ou atividade vinculada ao Tribunal, exigida a confirmação por escrito da chefia imediata;

III – mudança na programação original do evento ocorrida após a inscrição do participante;

IV – afastamento para participar de curso ou programa de formação decorrente de aprovação preliminar em concurso público para provimento de cargo na administração pública federal;

V – posse em outro cargo público inacumulável;

VI – cessão do servidor do Tribunal a outro órgão para exercício de cargo em comissão ou função comissionada e dispensa de função comissionada ou, no caso de servidor cedido para o Tribunal, exoneração de cargo em comissão com retorno ao órgão de origem.

Seção V Das Disposições Finais

Art. 21. Nos eventos internos de educação corporativa, será dada preferência aos instrutores internos como meio de valorizar o servidor do Tribunal e assegurar o aproveitamento da experiência adquirida no ambiente corporativo.

Art. 22. A seleção de servidor para atuar como instrutor interno será feita

REVOGADO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1107 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 07 de Agosto de 2012 Publicação: Quarta-feira, 08 de Agosto de 2012 com base em informações existentes no cadastro de instrutores internos mantido pela unidade de Gestão de Pessoas e observará os critérios estabelecidos no art. 17, incisos I, II e III.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor-geral.

Art. 24. Fica revogada a [Portaria n. 733 de 8 de outubro de 2009](#).

Art. 25. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO FERREIRA

